



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000340554**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001477-81.2017.8.26.0572, da Comarca de São Joaquim da Barra, em que é apelante FERNANDO CELIO DE CASTRO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ROBSON LUIS DA SILVA CARDOSO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente sem voto), SOARES LEVADA E L. G. COSTA WAGNER.

São Paulo, 5 de maio de 2021.

**TERCIO PIRES**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Voto n. 10421 – 34ª Câmara de Direito Privado**

**Apelação n. 1001477-81.2017.8.26.0572**

**Origem: 2ª Vara Cível de São João da Barra**

**Apelante: Fernando Célio de Castro**

**Apelado: Robson Luís da Silva Cardoso**

**Juiz de Direito: Renê José Abrahão Strang**

Apelação cível - acidente de trânsito - ação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos – motociclista-autor abalroado por veículo conduzido pelo suplicado – dinâmica incontroversa - culpa do requerido incontestada - prejuízos materiais, morais e estéticos evidenciados - reparações devidas - volumes de ordem imaterial arbitrados à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observadas capacidade econômica das partes e extensão das lesões - sentença preservada – recurso improvido.

**Vistos.**

**Insurreição apresentada por Fernando Célio de Castro em recurso de apelação extraído destes autos de ação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos que lhe move Robson Luís da Silva Cardoso; observa reclamar reforma a r. sentença em fls. 185/188 - que assentou a parcial procedência da inaugural; sustenta não evidenciada, pelo acervo probatório, sua responsabilidade, destacando a inexistência de prova testemunhal; defende não caracterizado o dano estético, substanciado em lesão de grau leve, bem assim a ausência dos pressupostos do dever de reparar dano moral, pedindo, alternativamente, a redução dos volumes nos títulos fixados.**

**Recurso tempestivo e sem preparo mercê da condição de beneficiário de justiça gratuita (fl. 89), registrada a oferta de contrarrazões (fls.202/209).**

**É, em síntese, o necessário.**

**Centra-se a testilha em conhecer-se da eventual responsabilidade do requerido pelo acidente de trânsito ocorrido em 19/12/2016; a motocicleta conduzida pelo suplicante, ao que se tem, acabara abalroada por veículo conduzido pelo acionado, resultando, do evento, danos materiais, morais e estéticos cujas reparações nestes se discutem.**

**A r. sentença guerreada trouxe a parcial procedência da**

**inaugural, assim vazando compreensão o d. magistrado “a quo”: “(...) Os pedidos são parcialmente procedentes. De início, o próprio réu, em sua narrativa perante a autoridade policial (fls. 16), afirma que não visualizou o autor parado na via e que a colisão se deu pois precisou acelerar seu veículo a fim de que não fosse abalroado por outro automóvel não identificado. Ora, em seu depoimento na delegacia, o réu sequer mencionou que o autor estava parado irregularmente na via, apresentando versão distinta e apontando causa diversa para a ocorrência do sinistro. Assim, não há que se falar em culpa exclusiva do autor pelos danos suportados, já que o réu não produziu provas acerca da existência de tais circunstâncias. No mais, o réu admite que, de fato, colidiu com o autor, que se encontrava parado, ficando demonstrada sua desídia na condução do veículo, já que, tivesse adotado as diligências necessárias, teria evitado o acidente. Neste sentido, deve responder pelos prejuízos causados. Quanto aos alegados danos materiais, apenas as despesas médicas (fls. 41/46) e a diferença entre o salário do autor e os proventos recebidos durante a vigência do auxílio-acidente (fls. 37/40) encontram lastro probatório no caderno processual. Isto porque a suposta invalidez permanente alegada pelo autor não restou evidenciada nos autos, mormente em face das conclusões exaradas pelo perito judicial às fls. 167. Portanto, o autor deverá ser indenizado apenas pelos danos materiais decorrentes das despesas médicas efetuadas em razão do acidente sofrido, no importe de R\$100,00, bem como pelas diferenças salariais existentes durante a vigência do auxílio acidente. No mais, o pedido de indenização por danos morais é também devido. É inegável que ser vítima de acidente de trânsito em que resulta incapacidade, ainda que parcial e temporária, causa inúmeros transtornos de ordem emocional e psíquica que não raramente acompanham os envolvidos por toda a sua vida. Em relação ao valor, levando-se em conta a dor sofrida pelo autor e a capacidade econômica do réu, entendo como razoável fixar a quantia de R\$5.000,00 (cinco mil reais), como forma de atenuar o prejuízo sofrido e desestimular a prática de novos ilícitos pelo requerido. Por fim, segundo prova pericial, o requerente teve dano estético em decorrência do acidente. Nesse sentido, independentemente do dano moral, o autor faz ainda jus à indenização pela lesão estética sofrida, uma vez que os danos em análise têm fundamento diverso. O primeiro na lesão psíquica e o segundo na lesão física. Quanto ao valor, atentando-se a natureza da lesão e sua localidade, entendo razoável a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)”**

**O r. pronunciamento combatido não comporta reparo; as razões recursais nada de novo trouxeram; acertada a solução emprestada; o acervo cognitivo amalhado, composto, em essência, por boletim de ocorrência (fls. 14/16), expedientes médicos (fls. 17/24) e laudos periciais (fls. 29/33, 165/169), informa dinâmica da qual se extrai, com segurança, a culpa exclusiva do suplicado pelo evento, eis que colidira contra a motocicleta do requerente quando em condição de parada, o que não contestado, emergindo vazia, na moldura, a tese envolvendo inexistência de culpa - não abrigada por um mínimo de volume probatório.**

**E é de se verificar, em arrimo à ilação, as declarações prestadas pelo recorrente no registro policial, a roborarem, diga-se, o relato inserto na inaugural: “ (...) trafegava pela Rua Hilário Pansani e ao passar pelo cruzamento com a Rua Paulo Stamilo, necessitou acelerar o seu veículo para não ser atingido por um veículo não identificado que trafegava por aquele cruzamento, ocasião em que veio a chocar-se contra a lateral esquerda da moto relacionada na ocorrência que estava ali parada, estando ocupada pelo condutor e garupa. (...) esclarece que não percebera que àquela moto ali estava parada.”**

**O recorrente insiste em defender frágil o acervo probatório à elucidação do evento, e assim ao argumento de que inexistente prova testemunhal, mas é de se ver contraditória a agitação, eis que ao azo da audiência de instrução e julgamento manifestada saltou a desistência de seu depoimento pessoal (fl. 184).**

**Indemonstrados, destarte, fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 373, II, CPC/15), e acertada ressuma a solução emprestada.**

**O que caracteriza dano moral, em passo adiante, é a consequência da ação ou omissão desencadeadora de aflição física ou espiritual, dor ou qualquer padecimento à vítima, em conjugação com o menoscabo a direito inerente à personalidade da pessoa, como a vida, integridade física, liberdade, honra, vida privada ou ainda a de relação.**

**A indenização perseguida diz com o sofrimento impingido**

ao requerente em razão da grave colisão; experimentara aflições de espírito que em muito ultrapassaram os contornos do mero dissabor; decorreram não apenas do sobressalto característico do evento, mas também das lesões corporais, cirurgias, internações, tratamentos médicos e incapacidade laboral, ainda que temporária, contexto a evidenciar a contundência do prejuízo imaterial, obviamente indenizável.

O valor da indenização pelo dano moral deve ser aferido sob os enfoques da compensação e inibição; razoável, sublinhadas as circunstâncias, à atenuação da lesão experimentada pelo autor, de um lado, e inibitória à prática de atos da jaez, de outro, o importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), como na origem cancelado, volume a abrigar, em nível de razoabilidade e proporcionalidade, anotada a capacidade econômica das partes e a extensão das lesões, o prejuízo extrapatrimonial que do embate emergiu.

Não vinga a irresignação, demais, no atinente ao reconhecido dano estético; o laudo pericial em folha 167, com efeito, traz noticiado: *“Há dano estético permanente em patamar leve numa escala que vai de leve, moderado e acentuado para qualificação do dano estético suportado pelas cicatrizes oriundas das lesões corporais sofridas devido ao acidente de trânsito narrado na inicial.”*, inferindo-se moderado, disso, o “quantum” indenizatório no tópico fixado, ou seja, R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Gize-se, em derradeiro, que os danos materiais restaram devidamente comprovados, inexistindo, no apelo, no alusivo, insurgência qualquer.

Tem-se, destarte, que bem solveu a contenda o d. magistrado “a quo”, nenhum reparo comportando o r. “decisum” impugnado; e outros fundamentos são dispensáveis ante a adoção integral dos que deduzidos na respeitável sentença; evita-se, com a medida, repetições inúteis.

É tudo.

Nega-se, pois, nesses termos, pelo meu voto, provimento ao recurso, com majoração da verba honorária arbitrada em prol do patrono do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**requerente, nos termos do artigo 85, §11º, do Código de Processo Civil, de 10%(dez por cento) para 12%(doze por cento) do valor da condenação, observada, contudo, a concessão da benesse da gratuidade.**

**TERCIO PIRES**

**Relator**